



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0107

BI-2020-0038

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 10/08/2020

Hora: 14H00

Tipo: Inspeção específica

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: Elisabete R. Santos

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada no seguimento de situações que foram noticiadas nas redes sociais relativas a eventuais descargas de efluente com origem no sistema de drenagem, tratamento e descarga de águas residuais urbanas de Vila Franca do Campo e teve como objetivo verificar o funcionamento do sistema de tratamento e apurar os motivos associados às referidas descargas.

No dia 10/08/2020 foi efetuada uma visita às instalações da estação de tratamento de águas residuais (ETAR), tendo sido contactado o operador da ETAR, o encarregado e o responsável da manutenção (trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo). No dia 11/08/2020 foi realizada uma reunião com uma técnica de ambiente e com o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para solicitação de elementos complementares.

No dia 10/08/2020 foi também efetuada uma deslocação ao Hotel Bahia Palace, para recolha de informação complementar relativamente ao efluente retirado da estação de tratamento de águas residuais do hotel que foi descarregado na estação de tratamento de Vila Franca do Campo, tendo sido contactados no local o diretor do hotel e o responsável pela manutenção.

A inspeção foi realizada em aviso prévio.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Município de Vila Franca do Campo

NIPC/NIF: 512043701

Sede/morada: Praça da República

Código Postal: 9680-115

Freguesia: Vila Franca do Campo (São Miguel)

Concelho: Vila Franca do Campo

Ilha: Ilha de São Miguel



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Estação de Tratamento de Águas Residuais Urbanas - Emissário

Endereço:

Código Postal:

Freguesia: Vila Franca do Campo

Concelho: Vila Franca do Campo

Ilha: Ilha de São Miguel

Período de funcionamento: 24H/dia

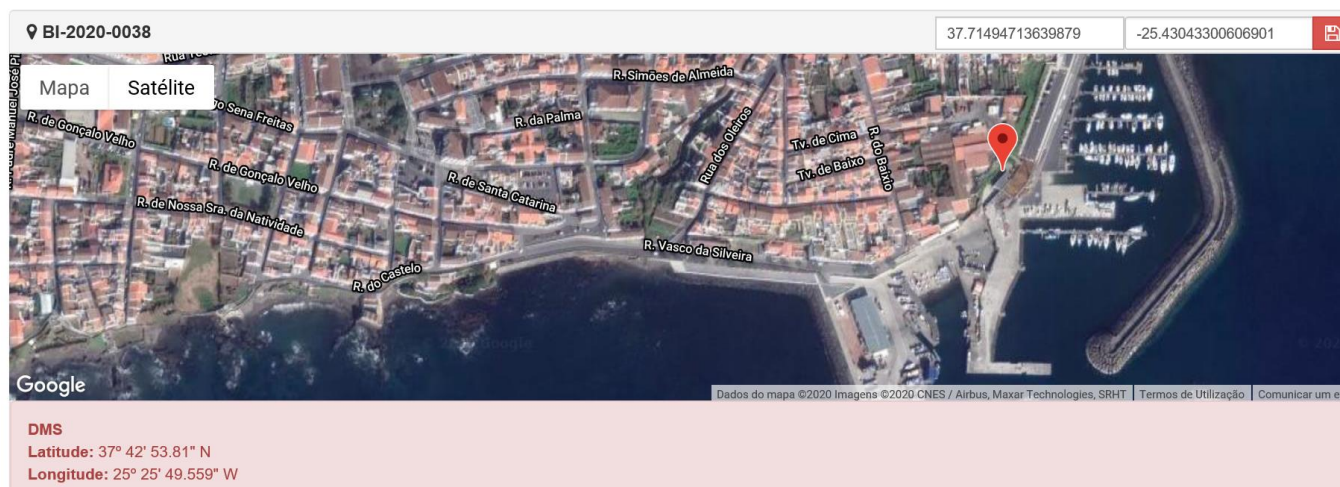


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

De acordo com a informação disponível no sítio da internet da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, o sistema de drenagem de águas residuais domésticas divide-se em quatro zonas, atendendo à sua localização, tipo de rede e destino dos efluentes drenados, designadamente:

- Zona Alta da Vila;
- Água d'Alto;
- Vila, Lugar da Ribeira Seca e Ribeira das Tainhas;
- Ponta Garça.

Alguns efluentes domésticos produzidos no concelho são encaminhados para fossas sépticas e outros para estações elevatórias, que por sua vez os encaminham para uma Estação de Tratamento de Água Residuais (ETAR), localizada



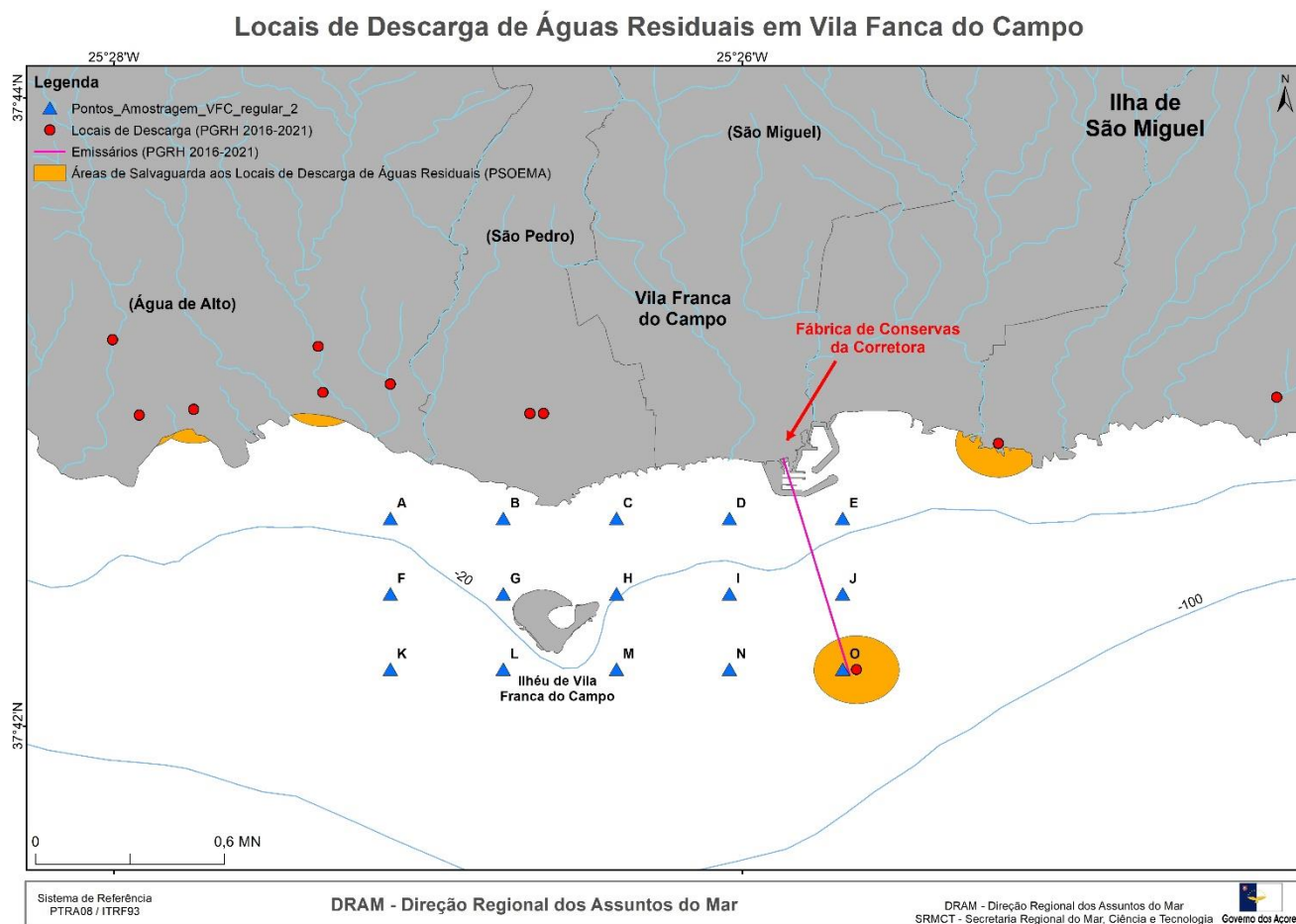
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

junto ao porto de pescas de Vila Franca do Campo. O sistema de tratamento é composto por gradagem, tamisagem e estabilização microbiológica, e o efluente é descarregado no mar através de um emissário submarino.

O emissário submarino, possui um diâmetro de 250 mm e desenvolve-se ao longo de 1 232.5 m, sendo a cota do ponto de descarga de 27 metros.

As águas pluviais são descarregadas diretamente no mar.

Na figura seguinte estão representados os pontos de descarga de águas residuais, incluindo o local de descarga do emissário.



2.2 – Descrição da situação observada e informações obtidas

Verificou-se que a ETAR estava em funcionamento, não tendo sido registada nenhuma anomalia recente nos equipamentos. De acordo com a informação apurada, estiveram em causa 2 ocorrências relativas a situações de descarga de efluentes domésticos:



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- Ocorrência registada no dia 28/07/2020.

Esta ocorrência está relacionada com a recolha de efluente da estação de tratamento de águas residuais do Hotel Bahia Palace. De acordo com o apurado, o hotel esteve encerrado desde março, pelo que a estação de tratamento de águas residuais esteve parada durante esse período. O efluente manteve-se dentro dos tanques da ETAR e foi solicitado pelo hotel, aos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo, que procedessem à remoção do efluente para limpeza da ETAR antes da reabertura do hotel. Tendo em conta que as águas residuais estavam paradas dentro dos tanques há alguns meses, na superfície gerou-se uma crosta de gordura. O efluente retirado da ETAR do hotel foi descarregado numa caixa de visita no órgão de entrada do sistema de tratamento de águas residuais de Vila Franca do Campo. Foram descarregados 4 camiões cisterna. De acordo com a informação apurada junto dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo através de contacto telefónico, a primeira descarga terá sido realizada pelas 10H30 do dia 28 de julho.

De acordo com o transmitido pelos responsáveis da autarquia, as imagens divulgadas nas redes sociais (Facebook), nas quais era visível matéria em suspensão nas águas do mar, estariam associadas a esta ocorrência. O responsável da manutenção da ETAR referiu que verificaram (visualmente, não tendo sido realizadas colheitas para análise) tratar-se de gordura à superfície da água do mar.

A descrição do efluente retirado da ETAR do hotel (efetuada pelo responsável da manutenção e pelo operador da ETAR) é coincidente e parece corresponder ao tipo de material visualizado nas imagens, no entanto, sem precisar a data e hora das imagens divulgadas no Facebook, nem tendo sido realizada qualquer análise ao efluente do hotel nem à água do mar e à matéria em suspensão, não é possível concluir.

Os representantes da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo informaram que após esta situação, foi implementado um procedimento de controlo das descargas efetuadas no sistema de tratamento de águas residuais urbanas por entidades externas à autarquia, passando a ser necessário um requerimento prévio para descarga, que indique a quantidade e origem das águas residuais, estando a descarga sujeita a autorização por parte da autarquia.

- Ocorrência registada no dia 05/08/2020, que estará na origem das descargas registadas na praia do Corpo Santo e da Marina. Foi referido pelos representantes da autarquia que esteve relacionada com uma chuvada registada nesse dia. A tampa de uma caixa de visita do sistema de drenagem de águas residuais urbanas terá sido removida por desconhecidos (vandalizada), o que originou a saída do efluente próximo da praia do Corpo Santo, tendo o efluente escorrido para o mar. A descarga na zona da Marina deveu-se ao aumento de caudal na estação de tratamento de águas residuais, que, não tendo capacidade de escoamento, foi aberta a válvula de segurança e



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

efetuada descarga do efluente não tratado diretamente no mar. De acordo com a informação transmitida pelos representantes da autarquia, este é um procedimento normal quando se verificam aumentos de caudal associados a precipitação, uma vez que o sistema não tem capacidade de receção de todo o efluente, pelo que, em vez de passar nos órgãos do sistema de tratamento e posterior descarga através de emissário, é descarregado diretamente no mar, na zona da Marina.

Foi ainda apurado junto dos representantes da autarquia que não são efetuadas análises ao efluente bruto nem ao efluente tratado descarregado através do emissário. Devido aos resultados da qualidade da água em algumas zonas balneares do concelho, foi efetuada uma colheita ao efluente no dia 18 de julho, para análise. À data da deslocação à autarquia (11/08/2020) os resultados ainda não tinham sido remetidos pelo laboratório, pelo que se desconhece a eficácia do sistema de tratamento e os valores dos parâmetros do efluente descarregado.

A descarga das águas residuais não está licenciada pela Direção Regional do Ambiente. De acordo com informação transmitida pelos representantes da autarquia, trata-se de um sistema de tratamento antigo, com mais de 25 anos, que, embora tendo sofrido algumas intervenções, mantêm-se as condições da descarga através do emissário.

Os representantes da autarquia informaram que foi definido que as enzimas para degradação da matéria orgânica ("FreeFlow"), que são atualmente adicionadas ao efluente num tanque do sistema de tratamento, previamente à descarga no emissário submarino (utilizadas para degradação da matéria orgânica), vão ser também adicionadas no próprio sistema de drenagem, nas várias estações elevatórias que compõem o sistema, para promover a degradação da matéria orgânica ao longo do sistema de drenagem e reduzir a carga orgânica descarregada. Iriam também passar a realizar análises mensais ao efluente, bruto e tratado, de forma a avaliar a eficácia do sistema de tratamento e desta medida.

Relativamente aos resultados das análises registados nas águas balneares do Ilhéu de Vila Franca do Campo, o Vice-Presidente da autarquia referiu que não se concluiu que tenham origem nas descargas do emissário. Não existem evidências que a descarga afete a qualidade da água balnear, pois apenas com análises realizadas ao efluente descarregado e um estudo das correntes marítimas seria possível confirmar.

Os representantes da autarquia transmitiram ainda que foi efetuada uma vistoria ao emissário, não tendo sido detetados danos na estrutura.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.3 – Enquadramento legal

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, em conjugação com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na redação atual, a rejeição de águas residuais nos recursos hídricos do domínio público está sujeita a licença prévia.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

- A utilização dos recursos hídricos, nomeadamente a rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação ambiental muito grave, prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000.

4 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☒ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Angra do Heroísmo, 20 de agosto de 2020

A Chefe de Divisão

(Elisabete R Santos)